



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Desembargador Ricardo Paes Barreto

Recurso de agravo nº 200736-9/01- Comarca do Recife

Agravante: Fazenda Municipal.

Agravado: Luiz Barbosa da Fonseca Lima.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL. FEITO PARALIZADO POR MAIS DE 05 (CINCO) ANOS NO SISTEMA ELETRÔNICO POR INÉRCIA DA EXEQUENTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106/STJ. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Apesar da ação de execução fiscal ter sido distribuída em set/95, os sucessivos parcelamentos formalizados pelo devedor em 04/12/96, 16/04/99, 30/04/01, representam causas interruptivas do prazo prescricional, a teor que dispõe o art. 174, IV, do CTN, o correspondente prazo somente voltou a fluir com a inadimplência do parcelamento formalizado em 31/08/01, o que ocorreu após essa data, a Fazenda Pública Municipal só veio pedir o prosseguimento da execução fiscal através da petição de fls. 22 que foi protocolada em 29/nov/2006, fluindo assim, o prazo prescricional, restando óbvia paralisação do processo no sistema eletrônico virtual do Município por mais de cinco anos, não podendo esta ser imputada ao Poder Judiciário. 2. A desídia da Fazenda Pública na obtenção do crédito tributário permite a decretação, de ofício, da prescrição intercorrente, sendo entendimento outrora já dominante, e agora normalizado através da Lei nº 11.280/2006. 3. Sendo caracterizada a desídia da parte, principal interessada na satisfação do crédito, não lhe socorre a Súmula 106 do STJ, incidente apenas quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço Judiciário. 4. Recurso unanimemente improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo nº 200736-9/01, acima referenciado, em sessão desta data, foi proferido ACÓRDÃO pelos Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, e do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto - Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível
Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

Recurso de agravo nº 200736-9/01 – Comarca do Recife
Agravante: Município do Recife.
Agravado: Luiz Barbosa da Fonseca Lima.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de agravo diante de decisão monocrática que negou seguimento ao recurso de apelação apensado, no sentido de considerar prescritos os créditos tributários de IPTU e taxas imobiliárias, referentes aos exercícios financeiros de 1992 a 1994.

Segundo o agravante, a decisão que se busca integrar merece reforma, sob fundamento da utilização equivocada do art. 557, *caput*, do CPC, haja vista inexistência de jurisprudência dominante nos tribunais superiores obre a matéria trazida à baila.

Alega ainda que o despacho do juiz que ordena a citação interrompe o lustro prescricional, em observância ao contido nos arts. 174, parágrafo único, I, do CTN e 8º, §2º, da Lei nº 6.830/80, imputando ainda a demora na citação do executado, ora agravado, por motivos inerentes aos mecanismos da própria Justiça, prequestionando explicitamente o disposto nos arts. 219, §§ 1º e 2º, 557, *caput*, do CPC, 174, parágrafo único, I, do CTN e 7º, I, 8º, §2º, e 40, §4º da Lei nº 6.830/80, 202, I, do CC.

Requer, ao final, o provimento do integrativo para fins de destrancamento do apelo, com o seu regular seguimento.

É o relatório.

VOTO

Eis o teor da decisão monocrática agravada:

Trata-se de apelação cível em face de sentença que extinguiu de ofício a execução fiscal, sob fundamento da ocorrência de prescrição dos créditos tributários de taxas mercantis referentes aos exercícios financeiros de 1992/1994, com lastro no art. 174, I, do CTN, c/c art. 269, IV, do CPC, sem reexame de ofício. Em suas razões de fls. 54/56, o apelante pugna pela anulação do julgado para que prossiga a execução em seus ulteriores termos, argumentando, em suma, não ser dado ao magistrado decretar a prescrição dos referidos créditos tributários quando a demora na citação do executado ocorreu por motivos inerentes aos mecanismos da própria Justiça, aduzindo ainda que a prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal, a teor do art. 174, parágrafo único, I, do CPC e 8º, §2º, da Lei nº 6.830/80. Houve contrariedade de fls. pela manutenção do julgado. Autos conclusos. Feito este sucinto relato, decido monocraticamente. Inicialmente, faz-se mister salientar que, consoante

45
C
210
⑧

46
C
211

jurisprudência pacificada do STJ, existem duas hipóteses de decretação de ofício da prescrição do crédito tributário, a prescrição da pretensão executiva e a prescrição intercorrente. A primeira delas, que se afeiçoa ao caso em tela, ocorre quando transcorridos mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a propositura da execução fiscal, nos moldes do art. 174, caput, do CTN, sendo atualmente considerado como marco interruptivo da prescrição o despacho do juiz que ordena a citação, isso por força do parágrafo único, I, do referido artigo, modificado pela LC 118/05. Por sua vez, a prescrição intercorrente, nos termos do § 4º do art. 40, da Lei nº 6.830/80, introduzido no ordenamento jurídico após o advento da Lei nº 11.051/2004, pode ser decretada de ofício pelo togado singular, desde que o mesmo suspenda o curso da execução durante o período de um ano, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, devendo, em seguida, proceder com o arquivamento do feito, e, só após ser superado o quinquênio prescricional, depois de ouvida a Fazenda Pública sobre eventuais causas interruptivas ou suspensivas do lapso prescricional, poderá, se for o caso, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato. Outrossim, mostra-se de grande valia mencionar que, segundo o disposto no art. 174 do CTN, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve no prazo de cinco anos contados da data de sua constituição definitiva, a qual depende do comportamento do contribuinte em face do lançamento, ou seja, caso este não o impugne, a sua constituição somente ocorrerá, definitivamente, após o término do prazo previsto em lei. No que tange a alegação de que o próprio despacho do juiz que ordena a citação interrompe o prazo prescricional, é de suma importância mencionar que a LC 118/05 trouxe inovação na regra de índole processual contida no art. 174 do CTN, antecipando o momento de interrupção da prescrição para o despacho do juiz que a ordena. Não obstante a referida LC 118/05 ser aplicada imediatamente aos processos em curso, o que tem como consectário lógico que a data da propositura da ação pode ser anterior à sua vigência, a data do despacho que ordenar a citação deve ser posterior à sua entrada em vigor, sob pena de retroação da novel legislação. Logo, no caso em concreto, a questão deve ser decidida à luz do art. 174, parágrafo único do CTN, vigente à época, antes do advento da LC nº 118/2005, segundo o qual somente a efetiva citação do executado teria o condão de suspender a curso da prescrição (e não o mero despacho que a determinou), sem que haja aplicabilidade da hipótese contida no artigo 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80, visto que tal regramento é lei ordinária, não tendo o condão de alterar o que preceitua o art. 174 do CTN, norma recepcionada pela CF/88 com status de lei complementar. Nesse mesmo diapasão, a jurisprudência do STJ, conforme aresto abaixo ementado: EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO. CITAÇÃO APÓS LAPSO DE CINCO ANOS APÓS A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. CONFLITO APARENTE DE NORMAS. ART. 8º, § 2º, DA LEI 6.830/80 COM O ART. 174 DO CTN. LEI ORDINÁRIA. LEI COMPLEMENTAR. ALTERAÇÃO TÁCITA. NÃO-OCORRÊNCIA. I - O caso em análise trata de hipótese anterior ao advento da LC nº 118/05, que alterou a disposição do inciso I do art. 174 do CTN, segundo o qual a prescrição se interrompia pela citação pessoal do devedor. Nesse panorama opera-se a prescrição com o transcurso do prazo de cinco anos entre a constituição do crédito e a citação do executado. Precedentes: AgRg no REsp nº 896.374/MG, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJ de 20/09/07; REsp nº 671.043/PR, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ de 17/09/07 e EDcl no REsp nº 717.250/SP, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 25/09/06. II - A hipótese contida no artigo 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80 não é passível de interrupção do prazo prescricional, visto que tal regramento é lei ordinária, não tendo o condão de alterar o que preceitua o art. 174 do CTN, norma recepcionada pela Constituição Federal de 1988 com status de lei complementar. Precedentes: AgRg no AgRg no REsp nº 890.571/MG, Rel. Min. LUIZ FUX, DJe de 02/06/08; AgRg nos EDcl no REsp nº 964.130/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, DJe de 03/03/08. III - Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1070603 / SC, TI, Rel. Min. Francisco

Q

47
212

Falcão, DJ de 21/10/2008). Perlustrando os autos, verifica-se que os referidos créditos tributários referentes aos exercícios financeiros de 1992, 1993, e 1994, foram inscritos em dívida ativa em set/95, os sucessivos parcelamentos formalizados pelo devedor em 04/12/96, 16/04/99, 30/04/01, representam causas interruptivas do prazo prescricional, a teor que dispõe o art. 174, IV, do CTN, o correspondente prazo somente voltou a fluir com a inadimplência do parcelamento formalizado em 31/08/01, o que ocorreu após essa data, a Fazenda Pública Municipal só veio pedir o prosseguimento da execução fiscal através da petição de fls. 22 que foi protocolada em 29/nov/2006, fluindo assim, o prazo prescricional. Ocorre que, nas execuções fiscais virtuais fundamentadas no convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. Nesse diapasão, sendo caracterizada a desídia da parte exequente, principal interessada na satisfação do crédito, posto que deixou transcorrer o lapso do prazo prescricional, não se pode socorrer a Súmula 106 do STJ, vez que a mesma somente tem incidência quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço judiciário. Nesse mesmo diapasão, a jurisprudência desta Corte de Justiça, conforme aresto adiante ementado: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL VIRTUAL. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, para que não ocorra a vulneração do princípio da segurança jurídica, a nova regra do CTN que estabelece como causa interruptiva da prescrição a data do despacho que determina a citação, não deve ser aplicada às ações iniciadas antes da sua vigência. 2. Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas no convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 3. Na hipótese dos presentes autos, verifica-se que, apesar de o lançamento de ofício do crédito ter ocorrido em 1997, 1998 e 1999 e de a distribuição virtual do feito ter-se dado em dezembro de 2001, a Fazenda Municipal apenas enviou o processo físico à Vara competente em dezembro de 2006, deixando, assim, transcorrer o prazo prescricional do próprio crédito tributário (pois que já havia transcorrido o prazo de 5 anos da data do seu lançamento). 4. Assim, nos termos do entendimento vigente à época do início da ação (aplicado a este caso em conformidade com a jurisprudência do STJ), não tendo sido efetivada a citação válida, não existiu a interrupção da prescrição, pelo que, por culpa exclusiva da exequente inerte (que, in casu, deixou de encaminhar ao Judiciário as peças processuais necessárias à efetivação da citação), restou extinto o próprio crédito tributário. 5. Apelação improvida (AC 159510-4, 8CC, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, julgado em 29/5/2008). DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. DECISÃO TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. DEMORA NA CITAÇÃO IMPUTADA À FAZENDA PÚBLICA. FEITO PARALIZADO POR MAIS DE 5 (CINCO) ANOS NO SISTEMA ELETRÔNICO. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106 DO STJ. INÉRCIA DA EXEQUENTE CARACTERIZADA. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE. 1. Apesar da Ação de Execução Fiscal ter sido distribuída em 2001, o processo só foi encaminhado à Justiça em 15/12/2006, o que torna óbvio que o processo permaneceu paralisado no sistema eletrônico virtual do Município por mais de cinco anos, não podendo ser justificada a demora por culpa do Poder Judiciário. 2. A desídia da Fazenda Pública na obtenção do crédito tributário permite a decretação, de ofício, da prescrição intercorrente, sendo entendimento dominante de outrora, e agora pacificado com o advento da Lei nº 11.280/2006. 3. Sendo caracterizada a desídia da parte, principal interessada na satisfação do crédito, não se pode socorrer a Súmula 106 do STJ, na certeza de que a referida Súmula somente tem incidência quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço judiciário. 4. Recurso conhecido e improvido - À Unanimidade (RA 159495-2/01, 7CC, Rel. Des. João

10

43
C
213

Bosco Gouveia De Melo, julgado em 16/5/2008). Diante de todo o exposto, com arrimo no art. 557, *caput*, do CPC, nego seguimento ao recurso de apelo, tendo em vista seu manifesto confronto com a jurisprudência do STJ, não considerando vulnerados o contido nos arts. 174, parágrafo único, I, do CTN; 8º, §2º, da Lei nº 6.830/80 e na Súmula 106 do STJ. Após o trânsito em julgado, encaminhe-se os autos ao juízo de origem. P. e I. Recife, 23 de novembro de 2009. Des. Ricardo Paes Barreto Relator.

Inicialmente, aduz o agravante em suas razões recursais a equivocada aplicação do art. 557, *caput*, do CPC por parte desta Relatoria, diante da inexistência de jurisprudência do STF a corroborar a decisão terminativa monocrática.

Impende ressaltar que o *caput* do art. 557, do CPC, autoriza o relator a negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior, o que se afeiçoa ao caso em concreto, posto que a prescrição de créditos tributários nas execuções fiscais virtuais, em razão da desídia da Fazenda Pública Estadual, é matéria recursal que já se encontra pacificada no âmbito deste E. Corte de Justiça.

Outrossim, decisão monocrática desta Relatoria é bastante clara quanto a não ocorrência, no caso em concreto, da prescrição intercorrente arrimada no art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80, mas sim da ocorrência de prescrição da própria pretensão executiva, que se vislumbra quando transcorridos mais de cinco anos entre a constituição definitiva do crédito tributário e a propositura da execução fiscal, nos moldes do art. 174, *caput*, do CTN, sendo atualmente considerado como marco interruptivo da prescrição o despacho do juiz que ordena a citação, isso por força do parágrafo único, I, do referido artigo, modificado pela LC 118/05.

Ademais, perlustrando os autos, verifica-se que o magistrado *a quo*, obedecendo à legislação fiscal, antes de prolatar sua decisão, determinou a intimação da Fazenda Municipal para se pronunciar sobre eventuais causas suspensivas ou interruptivas do prazo prescricional.

No que tange a alegação de que o próprio despacho do juiz que ordena a citação interrompe o prazo prescricional, é de suma importância mencionar que a LC 118/05 trouxe inovação na regra de índole processual contida no art. 174 do CTN, antecipando o momento de interrupção da prescrição para o despacho do juiz que a ordena.

Não obstante a referida LC 118/05 ser aplicada imediatamente aos processos em curso, o que tem como consectário lógico que a data da propositura da ação pode ser anterior à sua vigência, a data do despacho que ordenar a citação deve ser posterior à sua entrada em vigor, sob pena de retroação da novel legislação.

Logo, no caso em concreto, a questão deve ser decidida à luz do art. 174, parágrafo único do CTN, vigente à época, antes do advento da LC nº 118/2005, segundo o qual somente a efetiva citação do executado teria o condão de suspender a curso da prescrição (e não o mero despacho que a determinou), sem que haja aplicabilidade da hipótese contida no artigo 8º, § 2º, da Lei nº 6.830/80, visto que tal regramento é lei ordinária, não tendo o condão de alterar

R

49
C
214

o que preceitua o art. 174 do CTN, norma recepcionada pela CF/88 com *status* de lei complementar.

Outrossim, é cediço que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas no convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Perlustrando os autos, verifica-se que os referidos créditos tributários referentes aos exercícios financeiros de 1992, 1993, e 1994, foram inscritos em dívida ativa em set/95, os sucessivos parcelamentos formalizados pelo devedor em 04/12/96, 16/04/99, 30/04/01, representam causas interruptivas do prazo prescricional, a teor que dispõe o art. 174, IV, do CTN, o correspondente prazo somente voltou a fluir com a inadimplência do parcelamento formalizado em 31/08/01, o que ocorreu após essa data, a Fazenda Pública Municipal só veio pedir o prosseguimento da execução fiscal através da petição de fls. 22 que foi protocolada em 29/nov/2006, fluindo assim, o prazo prescricional.

Nesse diapasão, sendo caracterizada a desídia da parte exequente, principal interessada na satisfação do crédito, posto que deixou transcorrer o lapso do prazo prescricional, não se pode socorrer a Súmula 106 do STJ, vez que a mesma somente tem incidência quando a demora na citação for atribuída exclusivamente ao serviço judiciário.

Diante de todo exposto, nego provimento ao presente recurso de agravo, não considerando vulnerados os dispostos nos arts. 219, §§ 1º e 2º, 557, *caput*, do CPC, 174, parágrafo único, I, do CTN e 7º, I, 8º, §2º, e 40, §4º da Lei nº 6.830/80, 202, I, do CC.

É como voto.

Recife, 11 de fevereiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator